

Legislativo Federal

Secovi-SP discutirá financiamento habitacional na Câmara



Marangoni, autor dos requerimentos

SUMÁRIO

Secovi-SP discutirá financiamento habitacional na Câmara - p. 1

Senado aprova isenção do IR para quem ganha até dois salários mínimos - p. 2

Secretário da Habitação faz balanço da sua gestão na Alesp - p. 3

A **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)** da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 6/8, requerimento para realização de **audiência pública destinada a discutir a situação do financiamento habitacional no Brasil.**

Conforme a justificativa do autor dos requerimentos, o deputado **Fernando Marangoni (União/SP)**, o objetivo é buscar esclarecimentos sobre as declarações do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a respeito da possível “exaustão estrutural” da poupança como principal fonte de financiamento habitacional no país e possíveis propostas de transição para um novo modelo de *funding* imobiliário.

Essas mudanças podem gerar impactos econômicos, sociais e jurídicos relevantes, afetando a segurança do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a previsibilidade dos financiamentos para as famílias de baixa e média renda, e a estabilidade do setor da construção civil e imobiliário. Outra preocupação é com o possível desvio de finalidade dos recursos liberados e com a tributação das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que podem encarecer ainda mais o crédito habitacional.

O **Secovi-SP** participará da discussão ao lado de representantes do setor, dos Poderes Legislativo e Executivo, e de bancos:

- Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
- Banco Central do Brasil (BCB)
- Ministério da Fazenda (MF)
- Ministério das Cidades (MCID)
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban)
- Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima)
- Senado Federal
- Open Finance
- Caixa Econômica Federal

A data da audiência pública ainda será definida.

Senado aprova isenção do IR para quem ganha até dois salários mínimos



Plenário do Senado Federal

O plenário do **Senado Federal** aprovou na quinta-feira, 7/8, o [PL 2692/2025](#), que altera a **tabela mensal do Imposto de Renda (IR)** para garantir isenção a contribuintes com renda de até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 3.036,00.

De autoria do deputado José Guimarães (PT/CE), a matéria já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar de meio de ano, em 25/6, na forma do texto substitutivo apresentado pelo relator, deputado Arthur Lira (PP/AL).

O projeto de lei repete o conteúdo da [Medida Provisória 1294/2025](#), que perderá a validade na segunda-feira, 11/8, e valerá retroativamente a partir do mês de maio de 2025.

Nova tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.428,80	0	0
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Fonte: MP1294/25

A proposta integra um pacote mais amplo em debate no Congresso Nacional, que inclui o [PL 1087/2025](#), apresentado pelo Executivo, com previsão de isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil mensais a partir de 2026.

A [matéria](#) segue para sanção.

Legislativo Estadual

Secretário da Habitação faz balanço da sua gestão na Alesp



Branco, Secretário da Habitação do Estado

Na terça-feira, 5/8, **Marcelo Branco**, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo (SDUH), apresentou na **Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana** da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) um balanço das ações desenvolvidas desde o início da atual gestão, em 2023. Os dados revelam um avanço significativo na execução de políticas públicas voltadas à habitação social e ao planejamento urbano municipal.

Desde 2023, a SDUH já investiu aproximadamente R\$ 6,5 bilhões em programas e ações habitacionais. O valor supera os R\$ 6,2 bilhões investidos ao longo da gestão anterior, que compreendeu os anos de 2016 a 2022. Esses recursos têm sido direcionados ao fortalecimento de políticas públicas que visam garantir moradia digna, sustentabilidade urbana e inclusão social para a população paulista, especialmente a de baixa renda.

Programas Habitacionais do Estado

Casa Paulista

- Considerado o principal programa habitacional do governo estadual, o Casa Paulista concentra um conjunto de iniciativas voltadas à promoção do acesso à moradia digna. O programa oferece subsídios para a aquisição da casa própria, viabiliza a construção de unidades habitacionais e fomenta obras de melhoria em moradias populares.

Viver Melhor

- Com foco na melhoria das condições de habitação precária, o programa Viver Melhor atua com obras de salubridade, incluindo reparos em instalações hidráulicas, esgoto, pintura e acessibilidade. A ação contempla famílias que vivem em comunidades vulneráveis, promovendo a dignidade e a segurança em suas residências.

Cidade Legal

- O programa de regularização fundiária Cidade Legal tem tido impacto expressivo nos municípios paulistas. Desde sua criação, o programa já atendeu mais de 500 municípios e entregou 130 mil titularidades de propriedade. A meta da atual gestão é ambiciosa: regularizar todos os conjuntos habitacionais da CDHU até 2029, promovendo segurança jurídica às famílias beneficiadas.

Vida Longa

- Voltado à população idosa, o programa Vida Longa visa garantir infraestrutura adequada, conforto e bem-estar em unidades habitacionais planejadas para este público. Na gestão anterior, apenas quatro unidades haviam sido implantadas. Atualmente, 50 novos convênios com municípios estão firmados, evidenciando a expansão da política habitacional inclusiva para a terceira idade.

Além dos programas habitacionais, a SDUH tem atuado de forma estratégica para fortalecer o planejamento urbano nos municípios paulistas. A Secretaria oferece apoio técnico para a elaboração de projetos sustentáveis, como a criação de áreas de lazer e equipamentos públicos em regiões definidas em parceria com prefeitos e vereadores. O objetivo é garantir mais qualidade de vida e desenvolvimento urbano equilibrado, alinhado às necessidades locais.

A reunião presidida pelo deputado Rafael Saraiva (União), também foi acompanhada pelos deputados Dr. Jorge do Carmo (PT), Carla Morando (PSDB), Fábio Faria de Sá (Podemos), Dani Alonso (PL), Paulo Mansur (PL), Danilo Campetti (Republicanos) e Dirceu Dalben (Cidadania).